



## 3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

---

**Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.**

### **A imagem socialmente construída e a autoimagem da profissão de Serviço Social Português: tendências e diálogos com o Serviço Social Brasileiro<sup>1</sup>**

**Virgínia Alves Carrara<sup>2</sup>**

#### **Resumo**

O estudo objetivou conhecer a imagem que o Serviço Social Português vem projetando na consciência dos estudantes que escolheram ser assistente social. A pesquisa qualitativa estrutura-se em duas frentes: uma bibliográfica a identificar as produções da temática em Portugal, e outra empírica com os estudantes dos cursos no território português. As conclusões são parciais: a mundialização do capital, a reestruturação produtiva, o neoliberal vêm reconfigurando o campo das políticas sociais em Portugal, afetando a formação e o trabalho dos assistentes sociais, cuja profissão, neste contexto, resente de regulamentação para o seu exercício e de diretrizes curriculares para a formação.

**Palavras-chave:** Formação profissional. Processo de Bolonha. Assistente Social. Autoimagem do Serviço Social Português. Crise do Capital.

#### **Abstract**

This study aimed to know the image that the Portuguese Social Work comes projecting the consciousness of students who have chosen be a social worker. The qualitative research is structured on two fronts: a bibliographic for to identify the thematic productions in Portugal, and other empirical with student's courses. The conclusions are partial: the globalization of capital, the productive restructuring, and neoliberal come reconfiguring the field of social policies in Portugal, affecting the formation and practice of social workers, whose profession in this context not have regulations for exercise and curriculum guidelines for formation.

**Keywords:** Formation professional. Social workers. Bologna Process. Self-image of Portuguese Social Work. Capital's crisis.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este estudo é parte da pesquisa de *pós-doutoramento* cujo objetivo foi conhecer a imagem socialmente construída e a autoimagem da profissão de Serviço Social no contexto português, junto aos estudantes de Serviço Social. Na atual realidade de crise do

---

<sup>1</sup> Este trabalho é parte das análises da pesquisa de pós-doutoramento realizado no Instituto Superior Miguel Torga em Coimbra/Portugal com apoio da Capes 2013/2014.

<sup>2</sup> Assistente Social, Professora Adjunto III do Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social/DECSO, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), da Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais/Brasil. Endereço: Rua do Catete, 166.

capital como o Serviço Social Português vem experimentando o seu impacto sobre a formação e o trabalho profissional? Qual a imagem que o Serviço Social vem projetando na consciência dos sujeitos em geral, e aqui particularmente naquele que escolheu, futuramente, ser assistente social?

Portugal em 2011 em meio aos efeitos da crise do capital, que vem se *cronificando* nas diferentes regiões do globo, enfrentou, internamente, uma crise política com a demissão do então primeiro ministro José Sócrates do partido socialista. O volume crescente de desemprego, seguido por uma inexpressiva resposta ao crescimento econômico aceleraram o número de jovens portugueses à emigração, e o empobrecimento da sua população a recorrer legitimamente aos direitos de Segurança Social, mas encontrando respostas sociais diminutas. Os bancos nacionais pressionavam considerando urgente a entrada de recurso externo a fim de financiar a dívida pública; o governo anunciava um pacote de medidas de austeridade a vigorar até 2013 com congelamentos e cortes nas pensões, revisão e limitação dos benefícios e deduções fiscais, nos IRS e IRC, enfim atacando o papel do Estado Social. Ecoavam afirmações de que o financiamento externo significava o agravamento de todas as medidas que levaram aquele contexto econômico, e condicionaria a soberania, a economia e os direitos sociais.

Passados três anos do acordo com a Troika, de um lado se ouve a declaração de que o pior já passou, que a economia está a crescer, (a menos de 3% ao ano). Por outro lado, os dados da atual condição social e econômica da população não deixa margem à dúvida: segundo o Instituto Nacional de Estatística<sup>3</sup> (INE), em 2013, 18,9% dos portugueses vivem em situação de risco de pobreza, os desempregados são os mais afetados. Os dados do *Inquérito às Condições de Vida e Rendimento* dão conta de que há em Portugal 1,9 milhões de pessoas que vivem com menos de 414 euros por mês, menos de um ordenado mínimo que desde 2011 permanece em 485 euros. O relatório *Global Employment Trends 2014*<sup>4</sup> informa que apesar da lenta recuperação da economia mundial o mercado de trabalho, no mundo, continua estagnado e o desemprego atinge 202 milhões de pessoas. Destaca que muitos setores estão produzindo ganhos, mas estes são investidos nos mercados de ativo e não na economia real, o que tem impacto direto nas perspectivas

---

<sup>3</sup> Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), 2013 do INE. Disponível em: <[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2)>. Acesso em: 22 de mar. 2014.

<sup>4</sup> Global Employment Trends 2014: Risk of a jobless recovery? **International Labour Office**. Geneva: ILO, 2014. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_233953.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_233953.pdf)>. Acesso em 22 de maio 2014.

de emprego. No mundo, e especialmente na Europa, há uma crise que dá sinais de que não é por agora que vai passar com agravamento da situação social e capacidade de criar empregos.

O Estado Social Português erguido após a Revolução de 1974 foi profundamente alterado sob a lógica neoliberal, encolhendo especialmente os direitos sociais, e mercantilizando novos campos de lucratividade, antes sob responsabilidade e proteção do Estado português, como a saúde, educação e segurança social. As políticas sociais de carácter universalista cederam lugar à focalização, à seletividade, ao avanço das Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS, e aos programas assistencialistas no trato da “questão social” gerada pelas contradições da relação capital trabalho e, agudizada pelo papel central do Estado na gestão e execução da flexibilização laboral (VARELA, 2013) em tempos de financeirização do capital.

Neste cenário, de (in)segurança social, com desemprego, trabalho precário, emigração crescente em todo território português, nomeadamente de diplomados, ainda se difunde a ideia da necessidade de qualificação profissional para a empregabilidade. Qualificação esta realizada pelas instituições de ensino superior, num mercado exigente por “talentos”, trabalhadores com “inteligência emocional”, “criativos”, com “espírito empreendedor”, criando a ilusão de que é individualmente, pelo esforço e investimento de cada indivíduo é possível reverter este quadro. Desde o Processo de Bolonha o discurso oficial na área da educação superior versa sobre qualidade do ensino superior global e tudo leva a crer que é uma qualidade que reduz a formação educativa à formação profissional para o mercado de trabalho, haja vista a clara abordagem de Bolonha “um primeiro ciclo útil para o mercado de trabalho, [...]”<sup>5</sup>. É uma educação de “qualidade” subalternizada a uma instrução a serviço exclusivamente dos interesses do mercado em detrimento da educação “produtora de uma consciência que questiona o real, sem a qual não há decisões conscientes, não há sujeito e, portanto, não há possibilidade de democratização” (PATO, 2013, p. 23).

O presente trabalho tendo como objeto de análise a imagem socialmente construída e a autoimagem da profissão no contexto de crise do capital está organizado em duas partes: na primeira apresentam-se como a formação em Serviço Social se

---

<sup>5</sup>Processo de Bolonha. Disponível em:  
<[http://europa.eu/legislation\\_summaries/education\\_training\\_youth/lifelong\\_learning/c11088\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/lifelong_learning/c11088_pt.htm)>.  
Acesso em 25 de nov. 2013.

encontra hoje em Portugal, os impactos na profissão ante a crise; na segunda parte, os resultados são apresentados, ainda que parciais, da pesquisa “**A imagem social construída e a atual autoimagem da profissão: diálogo entre as particularidades do Serviço Social Português e o Serviço Social Brasileiro em tempo de crise do capital**”.

## **2 Serviço Social Português: atuais tendências na formação e no trabalho profissional**

O Serviço Social Português tem reconhecido o seu grau académico em 1989. Durante mais de quarenta anos os estudantes de Serviço Social ao final do curso de quatro anos obtinham somente o diploma, não conferente de grau académico. Com a atribuição do nível académico de licenciatura ao curso com a duração de cinco anos, a profissão poderia vir a integrar-se às universidades, constituir-se enquanto área de conhecimento, junto as agências de investigação de âmbito nacional, especialmente a Fundação Ciência e Tecnologia - FCT.

Em 1987 inicia-se o curso de mestrado resultante do convênio entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) /Brasil e o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Nos anos 90, a formação de Serviço Social vê ser atribuído o grau de mestre ao curso então criado em 1995, instituindo-se associações e centros de investigação e o curso de doutoramento ainda pelo convênio com a PUC-SP em 1997. Em 2003 será atribuído o grau de doutoramento ao curso criado numa universidade portuguesa. As mudanças operadas no âmbito da formação e do exercício profissionais – em 1991, é publicado o Decreto-Lei nº 296/91 que reestrutura as carreiras de Serviço Social para a função pública, e os profissionais empregados na administração pública são realocados no quadro da carreira Técnica Superior de Serviço Social – TSSS (NEGREIROS, 2005). Destaca-se aqui, o papel fundamental do primeiro Programa de Pósgraduação em Serviço Social do Brasi - PUC/SP, que formou os primeiros quadros de doutores portugueses em Serviço Social, e a presença de investigadores e docentes brasileiro nas décadas de 80 e 90 que mantiveram uma colaboração intensa com a vanguarda dos assistentes sociais portugueses.

As conquistas da profissão de Serviço Social vão ocorrer no rescaldo cultural do Pacto Social<sup>6</sup> – após a crise de 1981/1984 -, e são devedoras da organização política da categoria profissional que contou com a participação de assistentes sociais dos diferentes

---

<sup>6</sup> Pacto Social conferir em Varela (2013).

campos de intervenção, docentes e estudantes. Logo a seguir, essas conquistas (reconhecimento do grau acadêmico de licenciatura, a criação da Carreira TSSS, em 1991, a institucionalização dos cursos de mestrado em Serviço Social, a criação das primeiras organizações de investigação -Associação de Investigação e Debate em Serviço Social – AIDSS, Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social – CPIHTS, com produções acadêmicas, expansão de unidades de formação profissional) foram confrontadas com a desregimentação, com a privatização dos serviços do Estado, atingindo os direitos sociais, conseqüentemente, impactando os espaços socioocupacionais dos assistentes sociais e a formação profissional. Quanto a desregulamentação tem-se a extinção da carreira TSSS na administração pública em 2008 (vigorando dezessete anos), e no que se refere a privatização dos serviços o marco é a proliferação das Instituições Particulares de Soliariiedade Social - IPSS's, atualmente principal *locus* de trabalho dos assistentes sociais e onde se verifica também a precarização das condições e relações de trabalho (ANTÔNIO, 2009).

Quanto a formação profissional, a entrada da licenciatura no ensino público só ocorre em 2000 em universidades e depois de 2002 em Institutos politécnicos, sendo que nos anos noventa proliferam os cursos de Serviço Social oferecidos pelas instituições universitárias privadas. A expansão do ensino superior público em Portugal se faz em dois subsistemas de formação: as universidades e os institutos politécnicos, e o Serviço Social é oferecido nos dois, como também pelo setor privado, em ambos subsistemas. O crescimento exponencial dos diplomados tem expressão nos seguintes períodos por ano letivo: entre 1993 a 2003 formaram-se 433 assistentes sociais; de 2004 a 2006 foram de 833; 2007 diplomaram-se 1272. Já no período de 2009 a 2011 formaram-se 2831. Nos três últimos anos formaram-se mais de metade (52,4%) dos diplomados comparativamente ao período de 1993 a 2003. E nesta década formaram-se mais do que nos primeiros 57 anos da formação em SS (MARTINS, e TOMÉ, 2008). Guardando as respectivas particularidades entre o Serviço Social brasileiro e o português, nós temos em comum um movimento expansionista na área da formação profissional com aberturas de novos cursos e modalidades diferenciadas de realização dos estudos: no Brasil destaca-se o avanço dos cursos de Serviço Social em EaD, o empresariamento da formação superior e abertura nos espaços públicos dos cursos fruto do programa Expandir do Governo Federal. Em Portugal, a formação até os anos 2000 é ausente nas universidades públicas,

prevalecendo até esta data o predomínio das agências privadas de formação de assistente sociais.

No caso do Serviço Social português, a ausência de diretrizes curriculares para a formação, e a ausência de regulamentação para o exercício da profissão, comprometeu inclusive a formação, quando num primeiro momento, não foi exigida formação na área para ministrar disciplinas de Serviço Social e, ainda hoje se encontram a coordenar os Cursos profissionais com outras formações. Os anteriores espaços sócio-ocupacionais, outrora protegidos ao assistente social, nomeadamente, na administração pública nos anteriores cargos de TSSS, quando de sua extinção em 2008, não só tornaram o campo mais restrito, como mais competitivo. Profissionais com outras formações superiores<sup>7</sup> passaram a disputar e trabalhar nesses espaços sócios ocupacionais. Nesse sentido, acredita-se que a atual realidade de desmonte do Estado Social num quadro de ausência de aparato regulador para a formação, quanto para o exercício profissional traz consequências para o perfil de profissional que se deseja formar, e para a sua intervenção na sociedade portuguesa. O Serviço Social brasileiro veio construindo desde o Processo de Renovação da profissão (NETTO, 1999), com a Vertente Intenção de Ruptura as bases para o que hoje denominamos Projeto Ético-Político Profissional. Outra imagem da profissão foi erigida ao mesmo tempo em que, esta projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos em torno de uma valoração ética e que está intimamente vinculada a determinados projetos societários, elaborou elementos constitutivos que emprestam materialidade ao projeto como: a produção de conhecimento do Serviço Social, e aqui destaca-se o papel da pós-graduação; a dimensão política-organizativa da categoria, o papel da ABEPSS/CEFESS-CRESS e ENESSO, e a dimensão jurídica-política da profissão com especialmente o Código de Ética, a Lei 8662/93 e as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social da ABEPSS de 1996 (BRAZ, 2005).

Na bibliografia portuguesa pesquisada encontramos em Granja (2011), Passarinho (2008), Margarido (2012), Santos (2011) estudos sobre a identidade profissional do assistente social, com destaque para os elementos constituintes e constitutivos que fazem

---

<sup>7</sup> O 1º Ciclo de Serviço Social integra a área **Trabalho Social e Orientação** juntamente com as seguintes profissões: Animação Sociocultural, Animação Socioeducativa, Animação Cultural e Educação Comunitária, Educação Social, Educação Social e Desenvolvimento Comunitário, Educação Social e Gerontológica, Educação Socioprofissional, Gerontologia Social, Aconselhamento Psicossocial, Reabilitação e Inserção Profissional, de acordo com a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação, disponível em: <[http://www.ispa.pt/ficheiros/documentos/pt\\_256\\_2005\\_cnaef.pdf](http://www.ispa.pt/ficheiros/documentos/pt_256_2005_cnaef.pdf)>. Acesso em 23 de mai. 2014.

parte da construção da identidade profissional. Recorre a autores como Dubar (2000), Abbot (1998), Rodrigues (2002), dentre outros, para fundamentar as suas análises. Margarido destaca que “existe hoje uma preocupação com o estudo das profissões sociais em Portugal. No entanto, a investigação em serviço social continua, ainda, a constituir uma realidade com pouca expressividade” (2012).

No Serviço Social Português é comum encontrarmos, hoje, a afirmação de que uma das marcas deste tempo e da profissão é a incerteza, comparecendo afirmações de que os profissionais perderam o controle de sua prática na relação entre o técnico e o utente, como também não são os assistentes sociais quem definem a profissão, comparecendo profissionais, administradores, professores e investigadores de outras áreas a interferirem no Serviço Social levando a conflitos de saber e poder. Para posicionamentos como este, temos amparo em Netto (2014) que nos adverte:

[...] não vacilo em considerar que vivemos em um tempo de incertezas, porém uma constatação como essa - vivemos em tempos de incerteza [...] - entendo que um tempo de incertezas não é assim um espaço para inquietudes e dúvidas é também um lapso histórico em que o recurso a nossa herança cultural é indispensável para fazer sua crítica e sua autocrítica, mas ainda localizar o horizonte para o qual dirigir as nossas atenções.

Nos limites deste estudo, interessa-nos destacar dois aspectos fundamentais que orientam nossa reflexão e para tanto recorremos ainda a Netto (2014). “Uma constatação de que vivemos em tempos de incerteza não pode nos desobrigar da afirmação de verificações científicas que nosso conhecimento acumulou e que constitui a nossa herança cultural” e ele prossegue, “é da determinação de estatuto profissional do Serviço Social que devemos partir para compreendê-lo na contemporaneidade das suas incertezas” Nesse sentido, pensar a profissão no tempo presente requer compreender que um estatuto profissional (RODRIGUES, 2002) pressupõe legitimidade social - o reconhecimento de sua necessidade social pelo conjunto da sociedade, pelo Estado -, conhecimento que se traduz na capacidade de fornecer respostas aos implicados com sua atividade, sejam eles: os profissionais, alunos em processo de formação, as instituições empregadoras, os utentes. Por outro lado, compreender o significado da profissão nesta mesma sociedade, identificar o papel que lhe foi dado, quais os fundamentos deste papel atribuído e, acima de tudo ser capaz de desvendar esta dinâmica, captar o movimento do real atingindo a sua essência, identificando limites e reconhecendo possibilidades para além do instituído é fundamental e condição para assumir a direção e a autonomia relativa de um estatuto profissional. O Serviço Social brasileiro construiu um patrimônio cultural nessa direção

o que não significa ausência de tensões e a construção sistemática de estratégias de lutas e resistência em tempos de acirramento da crise do capital.

### **3. A Imagem Socialmente Construída e a Autoimagem da Profissão de Serviço Social Português dos alunos ingressantes à formação profissional**

As reflexões que se seguem são parte da pesquisa de pós-doutoramento desenvolvida de setembro de 2013 a agosto de 2014, no Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) em Coimbra, na área de Serviço Social. A recolha dos dados foi através de um questionário semi-estruturado<sup>8</sup> com os ingressantes à licenciatura em Serviço Social e grupo focal com os concluintes. A pesquisa tem um perfil quantiquantitativo e nos limites do presente trabalho privilegiou-se a dimensão qualitativa. Tratamos aqui, somente de duas questões da segunda parte do questionário dirigido aos ingressantes, todos inscritos no 1º ano, nomeadamente as questões: 2.3 e 2.4: *Para você o que é Serviço Social?*, *Para você o que faz o Assistente Social?*, respectivamente. Com estas questões, mas não somente, buscamos identificar qual a representação, qual a imagem da profissão que os alunos recém-chegados ao curso de Serviço Social de 07 Instituições Ensino Superior portuguesa trazem da profissão de Serviço Social. Qual a imagem que o Serviço Social vem projetando na consciência dos sujeitos em geral, e aqui particularmente àquele que escolheu, futuramente, ser assistente social?

Quanto a escolha das unidades de formação foram seguidos critérios como: a pesquisa deveria cobrir todo o território português – região norte, centro, sul e ilhas, elegendo os cursos oferecidos tanto pelo setor privado quanto público, presentes nos

---

<sup>8</sup> O instrumento de coleta de dados é subdividido em 03 partes: a primeira de identificação socioeconômica com questões fechadas; a segunda são questões abertas e a recolha dirige-se para *o motivo da escolha do curso e da instituição formadora; o que é a profissão e quem é o assistente social; o que esperam da carreira profissional escolhida e como vêem o atual movimento emigratório de jovens diplomados portugueses e se pensam nesta hipótese;* e qual a percepção que têm sobre a imagem que os leigos em Serviço Social têm: *para quem não faz o curso de Serviço Social, o que é Serviço Social e o que faz o assistente social;* e a terceira parte busca conhecer as práticas culturais dos alunos, e sua participação em movimentos sociais, movimento estudantil. Quanto ao grupo focal as questões foram as mesmas da segunda parte do questionário desenvolvido com os ingressantes, e realizada somente com os alunos do último ano, em uma única sessão de 120 minutos cada. Foram realizados 08 grupos focais com 76 alunos finalistas, subdivididos em 8 grupos focais, por unidade de formação, sendo que em uma das Instituições participantes foram realizados 02 grupos focais, pois encontramos duas turmas finalistas (uma no turno vespertino e outra no pós-laboral), com uma média de 8 a 9 alunos por sessão.

subsistemas universitário e politécnico<sup>9</sup>. Na existência de mais de um curso dentro do mesmo subsistema educacional numa mesma região – público e privado, universitário e politécnico a seleção foi feita seguindo os critérios em ordem decrescente: com maior tempo de funcionamento; oferta de curso pós-laboral; oferta de 2º e ou 3º (mestrado e doutorado) Ciclo na área de Serviço Social, segundo O Processo de Bolonha.

De acordo com os princípios éticos na investigação, após contato com a direção das instituições e com a devida aprovação, foi feito o convite a todos os alunos do 1º ano, para participarem voluntariamente neste estudo, após exposição e explicação do estudo. Na sequência, após leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os alunos que se interessaram em participar foi solicitada a autorização para utilização de suas respostas.

Portugal tem hoje 19 cursos de Serviço Social distribuídos entre as regiões sul, norte, central e na Ilha dos Açores. Destes cursos dez são públicos, sendo que metade é universitário e politécnico. Dois cursos são oferecidos em Institutos Politécnicos privados e 07 são universitários privados. Antes de Bolonha a integralização do curso era feita em 4 anos, mas anteriormente já chegou a ser exigido 5 anos de formação. Atualmente, a licenciatura<sup>10</sup> é feita no máximo em 07 semestres e, segundo Bolonha o 1º e o 2º Ciclos (licenciatura e mestrado) não podem ultrapassar 05 anos. Para o estudo *quantitativo*, não foi possível, identificar, até o presente momento, nos registros disponíveis do Governo Português, o número exato de matriculados no ano 2013/2014 no 1º ano das licenciaturas de Serviço Social existentes em Portugal. As informações disponibilizadas nos permitiram identificar anos anteriores e através do registro pela primeira matrícula: em 2009/2010 o 1º Ciclo encontravam-se 1119 matriculados; 2011/2012 as matrículas reduziram-se à 786. Nas sete (07) Instituições do Ensino Superiores pesquisadas o total de inquéritos respondidos foram 248.

Das respostas obtidas na questão 2.3 *Para você o que é Serviço Social?* temos que: em todas as escolas percebe-se uma variedade de afirmações que vai desde considerar o Serviço Social como o curso que forma os assistentes sociais, como o esforço em caracterizar o que compete a profissão, como: capaz de provocar mudança social; identificar a profissão

---

<sup>9</sup> O sistema de ensino superior Português se organiza em dois sistemas: o universitário e o politécnico, público e privado ambos confere ao grau superior. O Serviço Social é oferecido tanto nas universidades públicas e privadas, quanto nos institutos politécnicos públicos e privados.

<sup>10</sup> A terminologia Licenciatura dos cursos superiores em Portugal é equivalente aos cursos de Bacharelado no Brasil,

como uma ajuda especializada; considerá-la muito abrangente e os alunos expressando dificuldades em explicar o que é a profissão; outros relacionando-a com as pessoas e suas dificuldades. No tocante a ajuda, esta comparece com maior frequência nas respostas dos alunos, mas com variações quanto ao que consiste essa ajuda, expressa nas seguintes afirmações:

O Serviço Social é uma forma de intervenção com o objetivo de ajudar os mais carenciados (12);  
 Serviço Social é o curso que forma os assistentes sociais (29);  
 Serviço Social é a mediação na ajuda as pessoas que fogem aos princípios normativos sociais (56);  
 Serviço Social é um curso que nos permite ajudar as pessoas a integrarem-se na sociedade, melhorando as suas condições de vida (113);  
 O Serviço Social é uma ciência de cariz social que pretende ajudar a sociedade a organizar-se e a evoluir de forma saudável e igualitária (150);  
 O Serviço Social dedica-se a tentar diminuir as desigualdades sociais, ajudando a população a ter iguais oportunidades na sociedade (193);  
 O Serviço Social é muito abrangente onde o ponto fundamental são as pessoas, as suas dificuldades e as suas relações. (210);

Em Negreiros (1995) recuperamos seu estudo que ao transitar sobre as objetivações do trabalho do assistente social, buscou identificar as representações *históricas da profissão* e sua ultrapassagem do *técnico específico para a intervenção social*, a partir de 25 de Abril de 1974, especialmente no contexto das autarquias portuguesas. Nesta singular obra, foram identificadas quatro linhas tendenciais da profissionalização do Serviço Social: *assistencialista/humanista* tendo como núcleo a ação assistencial junto de pessoas em situação de carência material ou moral, cuja imagem é de *salvador*; *pragmatista/imediatista* associada à resposta imediata a problemas individuais ou necessidades consideradas urgentes, a imagem neste é de *pronto socorro*; *joquete do poder* em que sua ação ilusória de intermediário entre a instituição e a sociedade lhe confere a imagem de *conciliador* ou *conformista*; e o *técnico específico para a intervenção social* como aquele que analisa, interpreta a realidade social para em conjunto com a população intervir para a mudança, sendo considerado o *interlocutor privilegiado no contato com a população*.

Quanto a análise e estudos sobre a profissão, seus objetivos, papel na sociedade encontramos os trabalhos de Robertis (2003, p.74), presentes em maior ou menor frequência no Cursos participantes da pesquisa, constando em planos de ensino, inclusivamente citados pelos alunos onde para a autora a profissão é uma a prática centrada na pessoa, em que ajuda é definida como “um conjunto de processos e atos organizados com o fim de dotar uma pessoa de autonomia pessoais”. Para esta autora, o

Serviço Social está ligado ao conceito de ajuda às pessoas em situação de vulnerabilidade sendo uma atividade profissional que se concretiza na intervenção em situações de dificuldades, com a missão possibilitar que as pessoas passem de uma situação de dependência a uma situação de autonomia (ROBERTIS, 2003, p. 82).

Identificamos que o termo ajuda comparece também na literatura do Serviço Social português e segundo Granja (2011, p.443):

Ato de ajuda é aquele em que o profissional provê, direta ou indiretamente, uma ou mais necessidades expressadas de maneira explícita ou implícita pelas populações. Procura garantir a satisfação de necessidades quando os indivíduos, por razões pessoais ou sociais, não têm condições para satisfazê-las autonomamente.

Para Granja (2011, p.443-444) a ajuda realizada pelo assistente social pode ser direta ou indireta, e de diferentes formas (*Ajuda psicossocial; Ajuda psicossocial de aconselhamento; Ajuda e defesa dos direitos humanos; Ajuda para a provisão de recursos; Ajuda como advocacia social; Ajuda ressocializadora que alimenta a autoestima dos ajudados; Ajuda em situações de emergência; Ajuda que envolve usuários na gestão de recursos para garantir qualidade de serviços*). A primeira refere-se ao apoio psicossocial e concessão de recursos cuja decisão fica a cargo do profissional. A ajuda indireta é quando o assistente social organiza ou dirige serviços de apoio, mediando serviços que serão prestados por outros profissionais, “outros serviços dos sistemas sociais com os quais interage que têm funcionamento autônomo e não dependem do profissional.” Ao que parece, pelo menos na bibliografia até agora consultada, o termo ajuda não se coloca como um elemento desqualificador, ou ainda antagonico em sua relação com a profissão, ainda que no estudo de Negreiros (1995) a imagem de salvador nos quadros dos marcos assistencialista/humanista ele parece se associar.

Novas aproximações sucessivas estão em curso, quanto a este aspecto da pesquisa, a fim de aprofundarmos e melhor analisarmos essa realidade, com o rigor que a produção científica exige, a fim de identificarmos as implicações ético-políticas da adoção desta análise e seus possíveis comprometimentos com o viés conservador associado ao “não-direito” na intervenção profissional.

Quanto a pergunta 2.4 *Para você o que faz o Assistente Social?*, encontramos entendimentos diversos, mas os quais podem ser agrupados na dimensão técnico-operativa da profissional associada a sua dimensão ético-política, ainda que os alunos não tenham clareza dessas dimensões formativas. É unânime a imediata visão da dimensão interventiva da profissão comparecendo em diversos espaços sócio-ocupacionais, ainda

que haja uma identificação mais frequente à ação social, à busca em reestabelecer o bem estar social, da justiça, como também o reconhecimento da presença da desigualdade nas situações atendidas pelo assistente social. Um elemento que não passou despercebido nas falas dos participantes da pesquisa é a recorrência, novamente, ao termo *ajuda* quanto ao que faz o assistente social e na centralidade dada ao profissional, o seu papel em resolver, arranjar uma solução para os problemas com os quais se depara, buscando a integração dos sujeitos envolvidos.

*O assistente social auxilia os mais desfavorecidos, e preocupa-se com o desenvolvimento da família (12);*

*O assistente social procura intervir socialmente investigando áreas da sociedade em que se precisa fazer justiça (44);*

*Investiga, ajuda e tenta coordenar as pessoas que precisam de acompanhamento com problemas de ação social (70);*

*Orienta as pessoas, dá conselhos e arranja alternativas para que estas possam realizar-se pessoal e profissionalmente (110);*

*O assistente social estuda casos em várias áreas e tenta resolver ou intervir em problemas de bem estar social (154);*

*O assistente social intervém na resolução de casos de desigualdade ou dificuldade de vida de modo a arranjar uma solução a longo prazo para essas pessoas (204);*

*A função do assistente social é acompanhar pessoas, ou grupos de pessoas de modo a promoverem a mudança para que estes possam ser integrados na sociedade (232).*

Por outro lado, encontramos no Ante-Projeto da criação da Ordem dos Assistentes Sociais Portugueses uma definição da profissão e o exercício do assistente social em Portugal, em que a ajuda não está presente, e segundo a representante da Associação Profissional de Serviço Social – APSS - este termo pode mais complicar do que facilitar na compreensão da profissão e quanto ao seu papel.

[...] os assistentes sociais são profissionais no campo das ciências sociais e humanas que de acordo com as respectivas regras científicas e técnicas intervém nas interações entre os indivíduos e organizações de serviços sociais, focalizando situações de exclusão social e pobreza, designadamente, vulnerabilidade e risco social, destituição, desfiliação, dependência, discriminação e desigualdade. O exercício da profissão de Assistente Social tem como fim a resolução dos problemas no contexto das relações humanas e a capacitação e desenvolvimento das pessoas, e comunidades visando o bem-estar e o desenvolvimento social, o respeito e a promoção dos direitos humanos e a promoção da mudança social (ANTE-PROJETO DA ORDEM APSS, 2014).

Em momento tão singular da realidade portuguesa de crescente perda de direitos sociais com as medidas de austeridade impostas pelas agências internacionais comandadas pela Troika, extinção de postos de trabalhos para os assistentes sociais no setor público, expansão das Instituições Privadas de Solidariedade Sociais – IPSS's, aligeiramento da formação superior, especialmente num quadro de criação dos Cursos de

Especialização Tecnológicas – CTE, inclusive na área de Serviço Social, acreditamos que esta análise pode ter um complicador a descaracterizar e desqualificar a profissão de Serviço Social ainda mais quando esta realidade resente de regulamentação profissional e um código de ética. Na ausência de mecanismos políticos, de documentos e instrumentos legais a darem legitimidade e operacionalidade à defesa da profissão – isto é sua dimensão jurídico-política, os assistentes sociais ficam mais fragilizados em suas lutas e resistências em defesa da profissão, podendo outras profissões exercer as atribuições que são privativas do assistente social, inclusive na docência superior na formação de novos assistentes sociais. Guardando as devidas particularidades sócio-históricas e culturais das realidades brasileira e portuguesa que, por sua vez dão perfis singulares à profissão no Brasil e Portugal, podemos identificar tendências comuns como: políticas sociais focalizadas e retiradas de direitos, que exigem do profissional, muitas vezes formado de maneira aligeirada e sob a lógica mercantil da educação superior, ações de controle da pobreza sob a égide do domínio de instrumentais tecnológicos e quantitativos, em espaços sócio-ocupacionais que submetem os profissionais a condições precárias de trabalho. Neste cenário o risco à desprofissionalização dos assistentes sociais é uma questão que requer esforço investigativo da área de Serviço Social e construção de estratégias de enfrentamento a estes desafios. Em tempos de mobilidade internacional, de internacionalização do ensino superior fortalecer os diálogos internacionais entre a profissão com intercâmbios, missões e investigação é também uma estratégia de enfrentar os atuais desafios ao Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, e fortalecer projetos críticos de formação de assistentes sociais.

#### **4 Considerações Finais**

Os ingressantes à licenciatura em Serviço Social em Portugal apresentam respostas próximas às encontradas por Ortiz (2011) e Carrara (2012). Nesse sentido, temos aqui também o que Ortiz (2010, p. 211) denomina “de imagem da profissão: [...] as representações que historicamente gravitam em torno do Serviço Social [brasileiro] e as aproximações com suas *marcas de origem*”. Por outro lado, diferentemente do que encontramos no Brasil, não se observa nas respostas dos estudantes portugueses uma tensão identificada entre essas *marcas de origem* (associada a ajuda, a promoção do homem e a intermediação no seu ajustamento social) e a reprodução de traços que hoje representam a profissão no Brasil, a autoimagem renovada veiculada pelo atual projeto profissional – “a profissão que luta pela defesa e garantia dos direitos”.

Um dos elementos que pode colaborar na compreensão da realidade encontrada junto os alunos de Serviço Social em Portugal, ainda que provisoriamente, é quanto ao referencial teórico presente no seio da categoria: desde as produções anglo-saxônica e francesa, que a partir do Processo de Bolonha ganharam mais lugar nos planos de ensino dos cursos de Serviço Social; como também algumas elaborações nacionais que, ainda que qualifiquem a ajuda (Ajuda psicossocial; Ajuda psicossocial de aconselhamento; Ajuda e defesa dos direitos humanos, etc.), e até distam da imagem *assistencialista/humanista*, não garante uma imagem renovada da profissão e pode até comprometer a imagem profissional afinada com a defesa dos direitos sociais e humanos.

O Serviço Social Português ainda carece de um código de ética, regulamentação da profissão e diretrizes curriculares, bem como de um Projeto Profissional construído pelo conjunto dos sujeitos partícipes desse processo (alunos, assistentes sociais e docentes), com fragilidades na proteção dos profissionais, subsistindo a ausência da ordem profissional dos assistentes sociais (LEITE, 2014). Contudo, isso não significa a ausência de definições/conceitos, ainda que não difundidas e/ou legitimadas pelos organismos da categoria, pelas estruturas e instituições construtoras da identidade profissional. Acresce a isso, a importância e o necessário investimento, da categoria profissional no aprofundamento e contínua produção de conhecimento na área da formação, dos fundamentos profissionais, a fim de que se consolidem os mecanismos e instrumentos essenciais para a defesa da profissão de Serviço Social que se deseja formar e exercer no solo português. Acreditamos que a organização político-acadêmica da categoria aliada à produção científica é um caminho para também estabelecer e fortalecer diálogos entre as demais experiências profissionais estrangeiras comprometidas com

a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” [na] defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida (CFESS, 2011, p.23-24).

## Referências

- ABOUTT, A. **The system of professions. An essay on the division of expert labour**. Chicago: The University of Chicago Press. 1998.
- DUBAR, C. La Dynamique de formes identitaires professionnelles. **Les Politiques Sociales**, Montreal, n.1/2, p. 25-34, 2000.

ANTÓNIO, Tânia. **Mercado e condições de trabalho dos Assistentes Sociais no Concelho de Tomar**. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Instituto Superior Miguel Torga, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/198>>. Acesso em 09 fev. 2014.

CARRARA, Virgínia A., *et al.*. A Formação Profissional Em Serviço Social: desafios para o atual Projeto Ético Político em tempos de assistencialização da profissão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2012. Tema: Serviço Social, Acumulação Capitalista e Lutas Sociais: O Desenvolvimento em Questão. Juiz de Fora: ABEPSS, 2012.

CFESS. Código de Ética e Lei 8662/93 de Regulamentação da Profissão. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2013.

GRANJA, Berta. A competência reflexiva processual em serviço social na ação profissional junto às populações. **Cad. Pesqui.** [online]. v.41, n.143, p. 428-453, 2011.

PATTO, Maria Helena Souza. O ensino a distância e a falência da educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 303-318, abr./jun. 2013.

LEITE, Miguel B. L. P. **O Estado e o associativismo profissional e sindical dos assistentes sociais em Portugal**: trajetória e perspectivas atuais. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Escola Superior de Altos Estudos do ISMT. Coimbra, 2014.

MARGARIDO, Cristóvão Adelino Fonseca Ribeiro. **Trajectórias pessoais e identidades profissionais de assistentes sociais**. 2012. Tese (Doutorado)-Universidade Católica Portuguesa. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8540>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

MARTINS, Alcina e TOMÉ, Maria Rosa Tomé. O Estado Actual da Formação em Serviço Social em Portugal: problemas e desafios à organização profissional. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., Salvador (BA), Brasil. Salvador: IFSW e CFESS, 2008.

NEGREIROS, Maria Augusta G. A Construção Social de uma Profissão: Serviço Social, conflito e mudança. In: KARSCH, Úrsula M. (org.). **Estudos do Serviço Social: Brasil e Portugal**. São Paulo: EDUC. 2005.

NETTO, José Paulo. Projeto Ético-Político do Serviço Social: Conferência de Encerramento. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE INCERTEZA, 3., 2014. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa. Lisboa, 2014. (**Gravação**).

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social pós-64. São Paulo: Cortez, 1999.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL . **Ante-Projeto da Ordem dos assistentes sociais**. Disponível em:

<<http://www.apross.pt/quest%C3%B5es-profissionais/ordem-dos-assistentes-sociais>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

ORTIZ, Maria de Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-Papers. 2010.

PASSARINHO, Isabel. **Assistente Social: Percursos e Construção Identitária**. 2008. Disponível em: <<http://www.lahdbarreiro.pt/artigos/show/49/assistente-social-percursos-e-construcao-identitaria>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

ROBERTIS, Cristina. **Fundamentos del Trabajo Social, ética e metodologia**. Valência, PUV Publicacions, Nau Librés, Universitat València. 2003.

RODRIGUES, Maria de Lourdes. **Sociologia das Profissões**. 2. ed. Oeiras: Celta, 2002.

Santos, Clara Cruz. **Profissões e Identidades Profissionais**. Disponível em: <[http://www.academia.edu/1920046/Profissoes\\_e\\_Identidades\\_Profissionais](http://www.academia.edu/1920046/Profissoes_e_Identidades_Profissionais)>. Acesso em: 5 mar. 2014.

VARELA, Raquel; RAJADO, Ana; GUEDES, Renato; PAÇO, António Simões do; BEHRAN, Maria João. Força de Trabalho em Portugal, 2008-2012, **Revista Diálogos**, UEM, Brasil, v. 17, n. 3, dez. 2013.